



# AUDIÊNCIA PÚBLICA

Projeto de Lei 1.292/1995



# Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

- Criada em 2003
- Principal rede de articulação entre órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal, estadual e municipal bem como do Ministério Público
- Objetivo de formular políticas públicas voltadas ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro
- O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional funciona como secretaria executiva da Estratégia
- Trabalho concretizado nas chamadas Ações, elaboradas e pactuadas anualmente pelos membros da ENCCLA
- Grupo de trabalho composto por vários órgãos e instituições
- Produtos predefinidos
- Atividades como realizar estudos e diagnósticos legais-normativos e de composição de bancos de dados, elaborar propostas legislativas, averiguar o estado da arte de sistemas de cadastros, indagar necessidades e promover soluções em TI, buscar eficiência na geração de estatísticas e realizar eventos voltados à evolução dos temas por meio de debates
- No cenário mundial, atende as recomendações internacionais
- Ao longo desses anos, os trabalhos desenvolvidos pela ENCCLA trouxeram diversos resultados positivos no combate ao crime de lavagem de dinheiro e às práticas de corrupção



Capacitação



Estruturação dos  
órgãos



Implementação de  
Sistemas e  
Compartilhamento  
de dados



Normatização

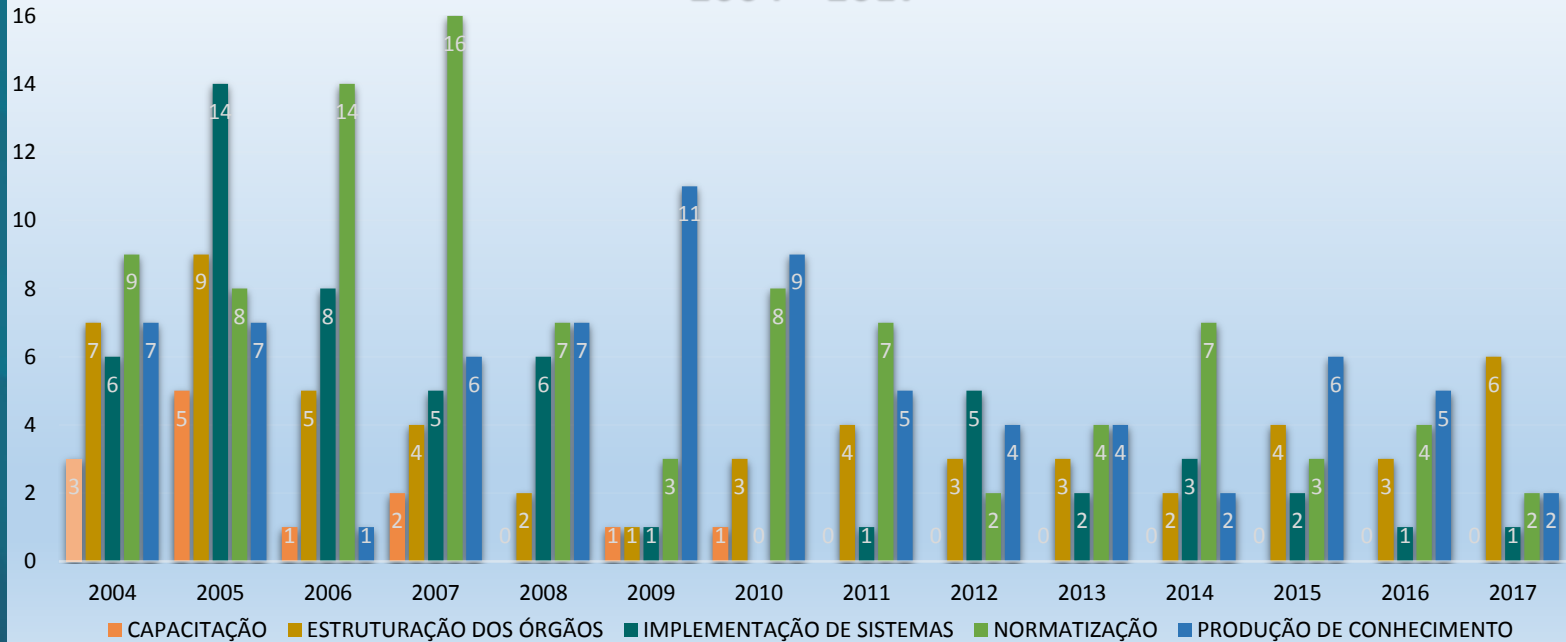


Produção de  
conhecimento

LINHAS DE ATUAÇÃO

294 METAS/AÇÕES

Linha da atuação  
2004 - 2017





## METAS/AÇÕES ENVOLVENDO O TEMA: LICITAÇÃO E CONTRATOS

Número	Ano	Título	Resultado	Envolve proposta normativa?	Coordenador
18	2007	Apresentar proposta de aprimoramento da normatização que trata de contratação e controle de serviços de publicidade pela Administração Pública	Posteriormente foi aprovada a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, mas sem relação direta com proposta da ENCCLA, embora tenha havido discussões com diversos atores sobre o tema	NÃO	CGU

Número	Ano	Título	Resultado	Envolve proposta normativa?	Coordenador
06	2009	Analisar a corrupção associada a serviços terceirizados no âmbito estadual.	Realizou diversos estudos baseados em casos concretos, com o objetivo de identificar tipologias de corrupção e lavagem de dinheiro, tendo por base organizações criminosas que se utilizavam principalmente de licitações para cometerem delitos.	NÃO	AGU, TCU, CADE E CGU

## METAS/AÇÕES ENVOLVENDO O TEMA: LICITAÇÃO E CONTRATOS

Número	Ano	Título	Resultado	Envolve proposta normativa?	Coordenador
16	2010	Analisar a corrupção associada a serviços terceirizados no âmbito estadual.	Constatação de vulnerabilidades relacionadas a fraudes em licitações e à execução dos respectivos contratos denotava a necessidade melhor análise do setor, com vistas ao estabelecimento de melhores práticas de prevenção e repressão de ilícitos, bem como a propositura de recomendações voltadas à regulamentação e atuação dos órgãos de prevenção, controle e persecução penal.	NÃO	GNCOC
17	2010	Analisar os riscos de corrupção nas licitações e contratações de obras e serviços vinculados à Copa 2014 e às Olimpíadas de 2016, com ênfase na formação de cartéis.	Apresentou um breve cenário da organização e do planejamento dos eventos, um mapeamento das fragilidades e tipologias nas contratações públicas de obras e serviços aplicáveis às contratações para a Copa 2014 e Olimpíadas 2016, a fim de que possam ser posteriormente traçadas estratégias específicas de acompanhamento e análise dessas contratações.	NÃO	TCU / CGU/ CADE

## METAS/AÇÕES ENVOLVENDO O TEMA: LICITAÇÃO E CONTRATOS

Número	Ano	Título	Resultado	Envolve proposta normativa?	Coordenador
02	2012	Pesquisa Nacional sobre Boas Práticas em Contratações Públicas; e I Seminário sobre Boas Práticas em Contratações Públicas.	Realizada a Pesquisa Nacional sobre Boas Práticas em Contratações Públicas e o I Seminário sobre Boas Práticas em Contratações Públicas. Iniciou-se a discussão sobre o assunto e possibilitou aos gestores públicos apresentarem suas contribuições. Promovidas palestras proferidas por renomados operadores do direito e disponibilizada uma ferramenta virtual, viabilizando a continuidade do debate e o compartilhamento de experiências, orientações, normas e outras informações úteis aos gestores da área de licitações e contratos.	NÃO	Câmara dos Deputados
08	2013	Propor a criação, nos órgãos de controle, de cadastro contendo informações relevantes acerca dos procedimentos licitatórios, especialmente de dados dos participantes, visando à detecção e à prevenção de fraudes.	Confeccionou-se minuta de layout de danos mínimos, denominada “Contratação com o Poder Público” que abarca Licitações, Registros de Preços e Contratações diretas. O layout foi aprovado, sendo que a implementação, em todo o território nacional, dependerá apenas de regulamentação.	NÃO	LAB-LD CNPQ



## METAS/AÇÕES ENVOLVENDO O TEMA: LICITAÇÃO E CONTRATOS

Número	Ano	Título	Resultado	Envolve proposta normativa?	Coordenador
09	2014	Propor a regulamentação do layout de dados, com registros das contratações e licitações do Poder Público e implementar a interoperabilidade entre os Tribunais de Contas e os integrantes da ENCCLA (continuidade da ação 8/2013).	Chegou-se aos seguintes resultados: (i) termos de Adesão foram assinados pelos TCs; (ii) implantação do layout de dados em todo território nacional; (iii) implantação do sistema de consulta das informações.	NÃO	MP/RS
01	2015	Dar continuidade ao desenvolvimento do Sistema de Consulta e Análise de Dados de Contratação com o Poder Público e propor norma para implementação em todos os Tribunais de Contas (continuação das ações 8/2013 e 9/2014).	a) Adesão do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso b) Criação de Web service com base no layout definido no curso das Ações em 8/2013 e 9/2014.	NÃO	MP/RS





[www.enccla.gov.br](http://www.enccla.gov.br)

[enccla@mj.gov.br](mailto:enccla@mj.gov.br)

Telefone: (61) 2025-8906

Silvia Amélia Fonseca de Oliveira

Coordenadora-Geral de Articulação Institucional